

---

# REVENDO O AUTORITARISMO, REPENSANDO A DEMOCRACIA

Rolando Franco

*Tradução de Wanda Caldeira Brant*

A queda de certos regimes democráticos latino-americanos, durante a década de 70, e as modificações por ela produzidas geraram uma abundante literatura focalizada no problema do Estado. Vários congressos latino-americanos de Sociologia destinados inteiramente, ou em parte, a desvendar as particularidades das estruturas estatais da região, assim como a criação e o funcionamento do Grupo para Estudos do Estado, promovido pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), contribuíram para seu desenvolvimento e expansão. Esta proliferação de trabalhos revela consonâncias em alguns pontos, discrepâncias em outros, e a presença de importantes diferenças ideológicas em jogo. Duas orientações básicas poderiam ser encontradas: o "politicismo", isto é, a tentativa de explicar as modificações produzidas na estrutura do Estado recorrendo-se a variáveis políticas; e o "economicismo", para o qual o Estado é um simples reflexo das forças econômicas em jogo, e que tende a atribuir as modificações ocorridas recentemente na estrutura do Estado latino-americano à necessidade econômica de modificar as pautas

de acumulação de capital, de modo a obter a inserção no sistema mundial capitalista transnacionalizado.

Para esta literatura, as relações entre a sociedade civil e o Estado e as dificuldades de fixar seus limites ambíguos e variáveis têm constituído um tema crucial, além de outros que serão mencionados posteriormente.

Têm-se estudado também as formas de surgimento dos estados latino-americanos, na linha do que Cardoso e Faletto fizeram classicamente em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.

Mas, indubitavelmente, a tentativa de caracterizar os denominados estados burocrático-autoritários tem sido o campo ao qual se dedica mais atenção. Dos trabalhos pioneiros nesta linha, merecem ser citados os de Guillermo O'Donnell, Fernando H. Cardoso e Jorge Graciarena, entre outros.

Tratar-se-ia de regimes autoritários, isto é, não democráticos. Mas, isto constituiria somente o gênero, compartilhado com outras formas estatais há muito existentes na América Latina. Sua especificidade encontrar-se-ia no "burocrático", isto é, em seu propósito — segundo a descrição que se faz deles — de esta-

**Nem democracia,  
nem totalitarismo,  
mas um novo tipo  
de regime:  
burocrático e  
autoritário**

belecer rígidos controles e regras verticais de autoridade, operando por meio de normas predominantemente instrumentais, e pela tentativa de aumentarem o controle governamental sobre diversos atores sociais.

A caracterização dos Estados burocrático-autoritário seria a seguinte:

- a) Tratar-se-ia de sistemas de exclusão política que fecham, ao setor popular, os canais de acesso ao Estado, e que os desmobilizam politicamente, mediante repressão e controles verticais (corporativos).
- b) Seriam também sistemas de exclusão econômica, ao reduzir ou postergar as aspirações de participação econômica do setor popular, para um futuro não determinado.
- c) Ademais, seriam sistemas despolitizantes, na medida em que tenderiam a reduzir as questões sociais e políticas a problemas técnicos, a ser elucidados mediante a interação entre as cúpulas de grandes organizações.
- d) Nestes regimes, os cargos superiores de governo costumam ser ocupados por pessoas que desenvolveram virtuosas carreiras em organizações complexas e altamente burocratizadas, como o Exército, o próprio Estado ou as grandes empresas privadas.
- e) Estes regimes surgiriam em momentos nos quais os mecanismos de acumulação sofrem importantes transformações, como parte do processo de aprofundamento da industrialização.

Nas etapas anteriores, a expansão industrial latino-americana teria sido realizada em direção horizontal, tendendo a ampliar o número de bens finais produzidos e de pessoas que podiam ter acesso a eles. Mas, esse modelo começou a se esgotar e o processo somente teria possibilidades de continuar, mediante uma mudança na estrutura econômica. Tal mudança exigiria a presença de certas condições políticas e sociais prévias.

- f) Os regimes burocrático-autoritários teriam surgido depois, e como consequência de uma forte ativação política do setor popular, sobretudo do urbano, o que serve para diferenciá-los do autoritarismo tradicional, caracterizado pela inércia política e pela desorganização popular, assim como do populismo, identificado pela mobilização induzida e controlada por cima.

Outros atores sociais perceberiam essa

ativação política popular, como uma ameaça à continuidade dos parâmetros sócio-econômicos vigentes, o que os levaria a apoiar o novo regime.

Estas tentativas de caracterização do Estado burocrático-autoritário foram iniciadas por O'Donnel, em um esforço por comparar o que aconteceu no Brasil após 1964, e na Argentina durante os anos de Onganía.

Posteriormente, outros casos foram incluídos no mesmo esquema, especialmente o Chile e o Uruguai. Outros autores agregaram o Peru pós-Velasco Alvarado, ainda que não precisassem claramente que a mudança ocorrida com a subida de Morales Bermúdez fez mudar a caracterização do Estado peruano. Mencionou-se também o caso do México, como regime burocrático-autoritário civil, e o da Bolívia. Por outro lado, tendeu-se a comparar os casos latino-americanos com situações externas à região. Referências especiais foram feitas a Portugal, durante o período prévio à consolidação democrática; à Espanha, sob o franquismo; a certos regimes públicos instaurados em países da Europa central no período entre guerras; à Grécia etc.

Como é óbvio, estas tentativas de abarcar situações tão variadas tendem a "esvaziar" um conceito criado para definir uma situação histórica de contornos precisos. Adquire tal generalidade e é suscetível de ser atacado a partir de tantos ângulos que acaba se tornando praticamente inútil. As diferenças existentes entre todas essas situações fazem com que muitas das características anteriormente enunciadas não estejam presentes nos casos que se pretende incluir. Uma revisão sumária dos trabalhos que apareceram nas publicações periódicas latino-americanas, durante os últimos dois anos, permite afirmar que, se a década de 70 foi caracterizada pela atenção prestada por parte da comunidade acadêmica latino-americana, ao tema do Estado, os anos 80 parecem se orientar em outra direção, sem abandonar aquela.

Continua-se produzindo artigos, mostrando, por exemplo, a evolução histórica que levou ao aparecimento dos Estados burocrático-autoritários, suas características e as modificações que seu surgimento ocasionou nas funções econômicas próprias do Estado. Paralelamente, também são demonstrados os diferentes processos, que acontecem em cada caso.

## Como e por que a sociedade civil é redescoberta

Junto a isto, surgiu também uma crescente atenção pela "sociedade civil". Como costuma acontecer, após a lente analítica ter se ocupado, talvez excessivamente, de um determinado tema, a ausência de seu complemento começa a ser notada. Outro fator explicativo da nova ênfase é que boa parte dos ideólogos de esquerda que, anteriormente, procuraram caminhos para se apoderarem do aparato estatal, estão se convencendo agora das dificuldades que tal possibilidade apresenta e estão se tornando respectivamente pessimistas, motivos pelos quais começaram a buscar meios alternativos para compensarem sua ausência de poder. Também influíram as prédicas do liberalismo friedmanniano sobre a hipertrofia estatal e os males que ela ocasionaria à sociedade e à liberdade individual. Introduce-se, assim, o tema do chamado "fortalecimento" da sociedade civil, expressão ambígua e preta de diversos significados que um autor tentou esclarecer.

Do mesmo modo, junto a esta atenção à sociedade civil, recuperou-se a importância da democracia. Durante os anos anteriores, da revolução cubana em diante, as ciências sociais latino-americanas demonstraram pouca consideração pelos valores democráticos. Tachava-os de "burgueses" e procurava mostrar que encobriam a dominação de uma classe e a exploração de outra. A meta era que estes países avançassem mais radicalmente para as formas "verdadeiramente" democráticas de participação social e econômica. Ultimamente, nota-se — especialmente entre os analistas do sul do continente — uma revalorização positiva desta democracia vilipendiada. Por isso, o tema dos Estados burocrático-autoritários começa a ser estudado, procurando descobrir as possibilidades que se apresentam para uma *transição* rumo a outro tipo de regime, em geral concebido — ainda que somente durante uma primeira fase — como democrático-burguês.

Para isto, analisa-se a situação das "aberturas" que estão se dando em alguns deles e o papel dos diversos atores políticos em tais processos, conferindo relevância especial ao setor popular e, mais especificamente, à classe operária.

## As origens do novo autoritarismo

Faletto e Kirkwood reiteram algumas

teses já afirmadas pelo autor principal, e endossam colocações que adquiriram certo consenso, entre os cientistas sociais latino-americanos.

Analisa as características do denominado "Estado de compromisso", vinculado ao período da substituição de importações, destacando que o desenvolvimento da industrialização gerou modificações na divisão de trabalho e deu importância ao proletariado e ao setor popular não operário, gerando o que se denominou "presença das massas" na arena política. O Estado ocupou um papel central na promoção do crescimento industrial e, particularmente, foi obrigado a responder às pressões sociais dos grupos populares, com uma política de "distributivismo" social e econômico.

Isto propiciou o surgimento de processos de democratização fundamental ou de base, entre 1945 e 1960, na América Latina, isto é, de participação social e econômica que não tiveram uma expressão democrática formal. A demanda política dos setores médios e populares enfatizou mais os aspectos sócio-econômicos do que os institucionais.

Os partidos que os representavam tiveram grande capacidade de mobilização de massas, porém escassas possibilidades de constituírem o embrião de um sistema democrático formal. Agrupavam-se em torno de um líder, com o objetivo único de tomar o poder, tinham ideologias pouco claras e características clientelísticas. Expressavam um forte processo de mobilização social que perseguia a "modernização da sociedade", objetivando conjugar desenvolvimento e justiça social.

Ademais, os autores chamam atenção para a necessidade de distinguir a crise do Estado de compromisso e a crise do sistema democrático, na medida em que — na sua opinião — a democracia, como forma de organização política, não constitui uma experiência muito real para a maioria dos países latino-americanos. "Um regime democrático propriamente dito existiu somente em países como o Uruguai e o Chile, que possuíam uma classe urbana importante e massas operárias organizadas" e passaram por um "longo processo de racionalização do sistema político, principalmente nos aspectos jurídicos" e pelo estabelecimento de "um sistema de participação eleitoral ampliada" e onde funcionavam os "sistemas de sucessão política. . . com bastante regularidade."

Mencionam como causas da quebra do estado de compromisso, de um lado, o fato do redistributivismo exigir, como condição básica, um funcionamento adequado do aparato produtivo, capaz de gerar um excedente suficiente para a manutenção desta política. Num determinado momento isto começou a se complicar, levando alguns setores da burguesia empresarial a abandonarem a solidariedade com o pacto populista, com o objetivo de aliar-se às empresas transnacionais, buscando, por essa via, um aprofundamento do capitalismo.

Ademais, destaca-se que um Estado daquele tipo "requer um sistema de complexos equilíbrios para o seu funcionamento, possível somente em um contexto social muito favorável. Na medida em que as conjunturas econômicas ou sociais — ou as conjunturas externas — lhes são adversas, o sistema de equilíbrio tende a desarticular-se, devido à enorme dificuldade de gerar políticas de autocorreção, dado que qualquer mudança de posição de alguns grupos afeta todo o equilíbrio construído (...), tal equilíbrio depende da capacidade do Estado para conjugar as demandas dos grupos que o compõem, com a corrente de recursos que é capaz de gerar."

Outra interpretação sustenta que teria havido uma confrontação "clássica" entre classes, como consequência do aumento de atividade das organizações populares que buscaram a resolução definitiva do conflito, através de um choque frontal.

Neste contexto, apareceram os estados burocrático-autoritários, na tentativa de suprimir a autonomia do setor operário e outras alternativas possíveis. Seus objetivos teriam sido disciplinar a força de trabalho e acabar com as demandas excessivas ou prematuras. Tratar-se-ia, enfim, de estados de exclusão política.

Os autores citados destacam a existência de uma contradição entre a pretensão de legitimar-se por uma administração eficiente da economia, e a ideologia da livre empresa, que levaria a um afastamento, do Estado, da gestão econômica. Se a legitimação depende da gestão econômica, é provável que o Estado intervenha nela.

Do mesmo modo, Faletto e Kirkwood demonstram o deslocamento das classes médias para a posição de simples classes "de apoio" da burguesia empresarial, especialmente a financeira.

Por último, enfatizam que o controle

das organizações sindicais traz uma consequência negativa para os estados burocrático-autoritários, na medida em que esses aparatos perdem qualquer capacidade de influir sobre seus próprios filia-dos, motivo pelo qual os conflitos se dão à margem de tais organizações.

## A experiência chilena

A análise das características dos novos estados burocrático-autoritários adotou diversas formas. Uma delas, a tentativa de avaliar empiricamente as transformações ocorridas nas funções e atribuições econômicas, foi desenvolvida por Pilar Vergara, para o caso chileno.

No entender da autora, o regime instaurado a 11 de setembro de 1973 constitui uma verdadeira revolução, na medida em que seu objetivo é romper drasticamente a tradição da sociedade chilena. Quanto às relações econômicas, "propõe-se inverter, de forma brusca, o modelo de desenvolvimento anterior para colocar em marcha um esquema no qual os mercados, atuando livremente em uma economia irrestritamente aberta ao exterior, constituam o principal mecanismo de alocação dos recursos produtivos."

Isto implica em criar as condições sociais e políticas adequadas e, particularmente, em uma alteração na natureza do Estado. Elas foram estabelecidas desde o início, concentrando, na Junta Militar do Governo, funções que antes eram exercidas por diferentes órgãos. O projeto supunha que o Estado deveria se restringir a garantir a ordem, ao provimento de bens e serviços "clássicos" (justiça, defesa etc.) e à sustentação de atividades do setor privado, criando infra-estrutura básica, eliminando distorções da estrutura econômica e estabelecendo certas orientações gerais que enquadrassem a livre iniciativa. No plano distributivo, deveria limitar-se a atender as necessidades essenciais dos setores submersos em uma situação de extrema pobreza.

No plano econômico, tendeu-se a transferir funções, antes exercidas pelo Estado, para o setor privado. Todavia, aponta a autora, "quando determinadas medidas colocaram opções entre ambos os objetivos, as metas de desestatização econômica viram-se subordinadas às exigências impostas pela necessidade de

## **Autoritarismo e neoliberalismo: é possível essa combinação?**

fortalecer o poder político do Estado."

No início do regime, afirmava-se que o Estado — de acordo com o princípio de subvenção — somente deveria realizar atividades produtivas, quando estas tivessem caráter social ou "estratégico" para a segurança e o desenvolvimento do país. Recentemente, foram adotadas posições ainda mais radicais, afirmando-se que, inclusive áreas tradicionalmente consideradas estratégicas, tais como as telecomunicações, a energia, os portos, os transportes em geral, entre outras, poderiam ser transferidas para a iniciativa privada.

O que aconteceu, na prática, com estas declarações? De um lado, a autora demonstra que o aparato econômico do Estado foi modificado, mediante cortes na inversão, diminuindo o gasto e o emprego públicos nos setores produtivos.

Também as atividades de fomento à produção foram reduzidas, especialmente através da privatização de empresas públicas e do fim da reforma agrária, seja devolvendo as terras expropriadas a seus antigos proprietários, seja distribuindo-as em parcelas individuais entre os camponeses, entregando o restante ao melhor licitante ou à Corporação Nacional Florestal.

Neste ponto, convém transcrever duas observações que a autora formula e que se tornam pertinentes porque o processo de privatização foi mal apreciado por muitos observadores.

Afirma, em primeiro lugar, que "torna-se difícil entender o caráter drástico e a velocidade com que se completou o processo de privatização se não se considera que, em certa medida, isto constituiu uma reação à forma assumida pela constituição e ampliação da área estatal da economia, durante o período da Unidade Popular, assim como a magnitude dos desequilíbrios manifestados por ela, no final de 1973. A incorporação de empresas à área social — do mesmo modo que a expropriação de propriedades agrícolas — foi realizada no contexto de uma intensa crise econômica, aguçada pelos efeitos da radicalização da luta política. Ambos os fatores contribuíram para que a incorporação de empresas fosse realizada (na época da Unidade Popular) desordenadamente, sem uma estratégia definida, o que levou o governo a intervir ou requisitar muitas empresas sem significação econômica alguma. Por outro lado, a administração das empresas e propriedades estatizadas padeceu de

agudas deficiências, acentuadas por uma expansão de seus gastos, que não considerava a existência de qualquer restrição orçamentária, originando assim importantes saldos negativos em seus orçamentos, que geraram fortes pressões sobre o grave déficit fiscal."

Em segundo lugar, destaca que "cabe notar, finalmente, que, apesar do caráter drástico assumido pelo desmantelamento do aparato produtivo do Estado, este último conserva ainda um poder econômico não desprezível. Somente o fato de manter a CODELCO (a grande mineração de cobre) nas mãos do setor público, assegura seu controle sobre aproximadamente uns 50% da receita de divisas do país."

Paralelamente às modificações apontadas, Vergara mostra que a inversão e o emprego em defesa e segurança aumentaram de tal forma que, afirma a autora: "Isto significaria, não só que o emprego público não caiu, mas que, ao contrário, haveria aumentado em 13% entre esses anos. Por outro lado, isto indicaria que a participação do emprego público na força de trabalho não foi reduzida, mas se manteve constante entre ambas as datas."

Outras alterações das funções econômicas do Estado, destacadas no trabalho, são o abandono da regulamentação do processo econômico obtido pela liberalização do mercado de bens e do sistema financeiro, e a abertura da economia ao exterior.

Do mesmo modo, as funções redistributivas foram modificadas, mediante uma política trabalhista e de remunerações restritivas, com a diminuição dos gastos sociais durante muitos anos e através da privatização de todos os serviços sociais.

O sistema tributário centrou-se nos impostos indiretos, especialmente no imposto ao valor acumulado de taxa única (20%), suprimindo ou reduzindo as de muitos impostos diretos.

## **Problemas de uma transição**

Diversos trabalhos escritos em fins dos anos 70 e começo dos 80 preocupam-se em descobrir sinais de transformação nos Estados burocrático-autoritários. Em geral, pretendem avaliar as possibilidades desta transição conduzir a regimes democráticos.

Neste sentido, O'Donnel apresentou os "eixos problemáticos", a partir dos quais se poderia organizar o estudo das transformações de tais regimes, focalizando fatores e processos puramente políticos.

Considera que o processo de transição, que leva o estado burocrático-autoritário para outro regime político, pode começar por vários motivos, como a fragilidade de apoios sociais ou de coação; a sensação de fortaleza e de consolidação, que leva à busca da legitimação pela via eleitoral; o desaparecimento de uma liderança que era absolutamente básica para a manutenção do regime etc.

A formação de uma "coalizão liberalizante" pode-se dar no caminho. Segundo o autor, o espectro político seria composto pelos partidários do regime, divididos em duros e brandos, e pelos opositores (oportunistas, moderados e maximalistas). A coalizão que pode conduzir à democracia agruparia os brandos e moderados.

Para obter êxito, esta coalizão deve demonstrar que respeitará os interesses fundamentais dos principais atores do regime burocrático-autoritário, isto é, as forças armadas e as classes dominantes. O'Donnel resume assim estes interesses: as mudanças não deverão afetar as pautas de hierarquia e disciplina das Forças Armadas nem a vigência do capitalismo; reconhecerão o papel de liderança da grande burguesia, mesmo atenuando-o pela presença estatal e não questionarão a forma de organização do trabalho na fábrica e os mecanismos de acumulação de capital.

O jogo político posterior possibilitará que a oposição prossiga obtendo sucessivas concessões que, no momento inicial, não estavam previstas. Isto requer uma estrutura organizacional da oposição que confira credibilidade aos compromissos assumidos por seus líderes.

Esta credibilidade é de importância fundamental, na medida em que o dege-lo, que sucede à apatia política provocada pelos estados burocrático-autoritários, gera a repolitização da sociedade, a perda do medo, a conversão de instituições, até então conquistadas pelo Estado, em arenas políticas específicas; e, em contrapartida, também o surgimento dos nostálgicos da ordem e da disciplina, capazes de provocar um contragolpe.

### **A "abertura" no Brasil**

Martins, por sua vez, analisa um caso específico: a "abertura" em marcha atualmente no Brasil.

Afirma que as duas grandes questões do momento, isto é, a recriação das estruturas políticas abertas à representação de interesses da Nação, e a redefinição do projeto de desenvolvimento, não têm sido enfrentadas pelos discursos nem do Governo, que pretende apenas transformar o autoritarismo sem quebrá-lo, nem da oposição que, segundo o autor, demonstrou falta de capacidade, para agregar as distintas frações que divergiam do governo e romper, assim, a inércia política existente. Ela demonstrou capacidade de resistências, mas faltou-lhe capacidade de proposta política. Por isso, a iniciativa estaria até agora nas mãos do Governo.

Nem a utopia conservadora oficial, nem a regressão populista propiciada pela oposição, consideram as modificações realizadas na estrutura social brasileira, motivo pelo qual as novas forças, provenientes do processo de desenvolvimento e portadoras de novas aspirações que se expressam no "novo sindicalismo", não reconhecem nelas um canal válido para a representação de seus interesses, nem a liderança capaz de definir uma estratégia redemocratizadora.

### **Construção da democracia**

Faletto, em outro trabalho, retoma o tema da construção da democracia na América Latina, a partir de teses já sustentadas no trabalho previamente resenhado: a burguesia e a transformação capitalista não geraram uma autêntica democracia burguesa na América Latina. A estrutura tradicional absorveu a modernização. Portanto, a democracia tem sido somente uma aspiração.

Esta comprovação leva o autor a sustentar que não é possível alcançar a democracia no capitalismo, inclusive porque o próprio capitalismo já não a requer, tendo sido convertida, portanto, em uma demanda anticapitalista.

Seria necessário, então, um estilo alternativo de desenvolvimento, que criasse as condições para o socialismo, sendo, ao mesmo tempo, democrático.

O principal autor deste projeto deve ser, para o autor citado, o setor popular e, mais especificamente, a classe operária. Todavia, tem-se enfatizado seu com-

portamento "economicista", pelo qual buscava mais a incorporação ao sistema vigente do que a ruptura do mesmo. Faletto, ao contrário, acredita que as demandas populares apresentam sempre uma alternativa socialista. Liga, inclusive, o surgimento do Estado moderno na América Latina ao "problema operário" e afirma que este preocupava, porque os operários se definiam como socialistas. Acrescenta que a oposição oligarquia x povo era também a oposição *statu-quo* x socialismo, frente à qual apareceu o reformismo, postulando que a modernização ia em direção ao socialismo, ou que era o interesse geral, que englobava o interesse particular socialista.

Afirma, finalmente, que as alternativas de poder frente à demanda socialista têm sido a ditadura, as ditaduras populistas, ou a incorporação "democrática" das massas.

Ademais, sustenta que começam a surgir certas rupturas com os modos de expressão anteriores e destaca uma tendência ao "juízo crítico" e à busca de autonomia, à projeção latino-americana da consciência popular e de sua ação, e à sua maior projeção no âmbito político.

Entende que os setores populares poderão propor uma ordem política democrática, recuperando sua própria história e reconhecendo que os processos de democratização que existiram na América Latina foram conquistas populares.

Para Faletto, o projeto político dos setores populares deveria ser organizado ligando o nacional ao popular, e aproveitando um conjunto de circunstâncias políticas internacionais que, no seu entender, facilitariam o surgimento de um estilo alternativo.

Finalmente, coloca-se o problema de que nem sempre a demanda socialista tem sido colocada democraticamente, o que exige analisar suas inter-relações.

Em seu trabalho, Cardoso também se pergunta sobre o processo de transição política a partir dos regimes burocrático-autoritários.

Comprova inicialmente que nenhuma das orientações contemporâneas, a marxista e a democrata-liberal, permitem explicar o que está acontecendo. Diferentemente do que foi sustentado por Faletto, considera que o papel revolucionário atribuído ao proletariado é difícil de ser mantido hoje, quando o que tem acontecido são experiências nacional-populares. Elas entram em contradição com os modelos teóricos disponíveis

e impõem a elaboração de um novo esquema interpretativo.

Analisa as experiências em curso, mostrando como se diferenciam do padrão de desenvolvimento "liberal", fundamentalmente pelo respaldo ao modelo, oferecido pelo Estado, que se expande e aumenta seu poder burocrático.

Pergunta para onde iriam estes regimes? Pensa que foi produzida uma ruptura entre o Estado e a sociedade, particularmente porque estes regimes não estão interessados em promover a mobilização popular. A pressão popular é, além disso, fraca e sem ação.

As lutas internas pelo poder, somadas às contradições de interesses econômicos e políticos, não são suficientemente fortes para desencadear uma dinâmica desestabilizadora. Tampouco o são as pressões externas.

Enfim, trata-se de sistemas políticos consolidados, que têm a capacidade de controlar o sistema político, determinando de cima todas as formas de acesso ao poder, por parte dos diferentes segmentos da sociedade.

Portanto, conclui, não existe razão para o otimismo, no sentido de que estes regimes caminhariam para a democracia: "o otimismo baseado na idéia do avanço ou da superação necessária da ordem atual, por meio da ação dos explorados, não encontra respaldo maior na análise dos regimes militares da América Latina."

## A sociedade civil

Flisfisch preocupou-se em esclarecer conceitualmente a idéia de fortalecimento da sociedade civil, que está em voga recentemente. Enumera diversas atuações, que podem ser entendidas por fortalecimento:

- a) Aumentar e diversificar as capacidades de se associar voluntariamente no interior da sociedade.
- b) Reforçar a vida e os interesses corporativos, diante de um diagnóstico de politização excessiva da sociedade, que exige maior autonomia às instituições puramente sociais.
- c) Criar, ampliar e garantir novas opções de participação, democratizar.
- d) Passar da classe em si para a classe para si, seja no caso de uma classe em que aparecesse a idéia gramsciana de hegemonia como sinônimo de for-

- talecimento, seja no caso do desenvolvimento simultâneo de duas ou mais classes presentes, consolidando ou aprofundando um determinado modo de produção.
- e) Implantação de formas de produção anticapitalistas (co-gestão, participação na gestão empresarial, cooperativas) em sociedades capitalistas.
  - f) Reforço de organizações populares, sejam ou não partidos políticos.
  - g) Reforço dos processos de descentralização política e administrativa, reforço de instâncias locais e regionais.
  - h) Aumentar a capacidade de resistência social frente a processos de intervenção estatal, ou seja, aumentar o poder da sociedade — genericamente ou de alguns setores sociais — frente ao poder do Estado.

Esta pluralidade de significados resulta da existência da pluralidade de contextos de referência e ao fato de cada um deles ser construído em torno de princípios interpretativos diferentes.

Destaca que existem três planos, que são a sociedade civil (classes), a sociedade política (cidadãos e partidos) e o Estado (autoridade), articulando-se de formas contraditórias. O fortalecimento da sociedade civil seria uma resposta possível ao problema que se deriva desta articulação contraditória. Mas, há outras e cada uma tem seus próprios modelos de sociedade e de homem. Enumera as seguintes:

- a) Modelo hobbesiano, que subordina as sociedades civil e política ao Estado.
- b) Modelo jacobino, que dissolve a sociedade civil na sociedade política. Todos são cidadãos. O Estado se subordina à sociedade política; não é mais do que uma encarnação da soberania popular, da vontade geral.
- c) Modelo liberal, que dissolve a sociedade política na sociedade civil, considerada a realidade máxima, baseada em relações contratuais. Dissolve-se o cidadão no proprietário, e subordina-se o Estado que atua apenas para dar as condições necessárias à sociedade civil. Atualmente, trocou-se o proprietário pelo *taxpayer*, de modo a adequá-lo às modificações do capitalismo.
- d) Modelo marxista clássico, que dilui a sociedade política na sociedade civil e considera o Estado maléfico. Tem como modelo de homem, o *homo faber*.
- e) Modelo marxista pós-clássico, basea-

do no homem necessitado, em que se dissolve a sociedade política e civil e subordina ambas ao Estado.

- f) Modelo capitalista contemporâneo, baseado na idéia de homem maximizador de benefícios, o consumidor.
- g) Modelo conservador ou liberal-conservador, que coloca a irredutibilidade necessária dos diversos planos.

Esses princípios reguladores, historicamente oferecidos para solucionar o problema da articulação dos três planos mencionados, tornam-se hoje insatisfatórios e parecem exigir um rompimento. A idéia do fortalecimento da sociedade civil apresenta-se como resposta, segundo Flisfisch.

Haveriam surgido, para o autor, três novos modelos de homem em substituição aos característicos dos modelos históricos: o ser humano (varão e mulher) *liberado* (Marx, Freud, Marcuse, Habermas, Frankfurt); o *dissidente* (que se converteu em uma preocupação, durante a última década, para diferentes comunidades de pensamento, tanto em países socialistas como capitalistas) e o *sujeito de direitos humanos* (Igreja e outros).

Que luz lançam esses modelos de homem sobre a articulação da sociedade civil, sociedade política e Estado? Flisfisch afirma que trazem consigo uma ética da política que define estas orientações: autogoverno, expansão dos âmbitos submetidos ao controle pessoal, necessidade de processo de fragmentação do poder, restituição de capacidade e potencialidades pessoais à coletividade.

As consequências são que, de um lado, o Estado é dissolvido na sociedade política e na sociedade civil, como o patenteia o antiestatismo das novas ideologias, que conflita com uma realidade onde o Estado é cada vez mais presente e inclusive necessário à transformação. Por outro lado, as sociedades civil e política interpenetram-se, tornando-se uma mais pública (política) e a outra mais democrática (mais social).

Tentamos apresentar nesta resenha, os principais problemas que hoje preocupam, não só à comunidade acadêmica latino-americana, mas também a grandes setores destas sociedades. Há consenso sobre muitos temas — os mais descritos — sobre outros, há grandes discrepâncias. Pessimismo e otimismo marcam as visões dos diferentes autores. A realidade também vai colocando em discussão as novas preocupações e obrigando o enfrentamento de novos problemas fren-



te aos quais, em muitos casos, ainda não há respostas claras e sim esforços para expô-los com clareza.

*NOTA FINAL:*

*Neste artigo faz-se o balanço dos seguintes trabalhos:*

— *Faletto, Enzo y Kirkwood, Julieta*. Política y comportamientos sociales en América Latina, "Revista Paraguaya de Sociología", n.º 49, Asunción, 1980.

— *Vergara, Pilar*. Las transformaciones de las funciones económicas del Estado en Chile bajo el régimen militar, "Estudios SIEPLAN", n.º 5, Santiago de Chile, 1981.

— *O'Donnel, Guillermo*. Notas para el estudio de procesos de democratización a partir de Estados Burocrático-Autoritarios, "Estudios CEDES", vol. 2 n.º 5, Buenos Aires, 1980.

— *Martins, Luciano*. A política (e os limites) da Abertura, "Cadernos de Opinião", Rio de Janeiro, 1980.

— *Faletto, Enzo*. Estilos alternativos de desarrollo y opciones políticas. Papel del movimiento popular, "Documentos de FLASCO", n.º 118, Santiago de Chile, 1981.

— *Cardoso, Fernando H*. Trascición política en América Latina?, "Socialismo y Participación", n.º 14, Lima, 1981.

— *Flisfisch, Angel*. Notas acerca de la idea del reforzamiento de la sociedad civil, "Documentos de FLACSO", n.º 16, Santiago de Chile, 1981.

*Faz-se referência, também, às seguintes obras:*

— *Graciarena, Jorge e Franco, Rolando*. Formaciones sociales y estructuras de poder en América Latina, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1981.

— *O'Donnel, Guillermo*. Acerca del grupo de trabajo sobre el Estado, CLACSO, Buenos Aires, 1976.

— *Cardoso, Fernando H. y Faletto, Enzo*. Dependência e desenvolvimento na América Latina, Zahar, Rio de Janeiro, 1969.

— *O'Donnel, Guillermo*. Modernización y autoritarismo, Paidós, Buenos Aires, 1972; Acerca del corporativismo y la cuestión del Estado, CEDES, Buenos Aires, 1975; Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en los regímenes burocrático-autoritarios, CEDES, Buenos Aires, 1975; Tensiones en el Estado burocrático-autoritario y la cuestión de la democracia, CEDES, Buenos Aires, 1978 e, em Collier, David (editor). O novo autoritarismo na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

— *Cardoso, F.H.* Autoritarismo e democratização, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

---

Rolando Franco é sociólogo e pesquisador do ILPES/CEPAL no Chile.

---

Novos Estudos Cebrap, São Paulo,  
v. 2, 2, p. 52-60, jul. 83

---